



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

1.2. O trabalho profissional de assistentes sociais

**Trabalho e Serviço Social: perspectivas e barreiras na
efetivação do projeto ético-político sob análise de profissionais
não estatutários.**

Rafael Barbosa Calumbi da Silva¹

Resumo. O presente artigo buscou introduzir um debate entre a efetivação do projeto ético-político diante da precarização dos formatos de trabalho dos assistentes sociais. Nosso trabalho foi realizado analisando as principais barreiras e as perspectivas apresentadas pelos profissionais diante de um cenário de precarização do serviço. Cabe destacar que o processo metodológico da pesquisa encontrou barreiras diante do cenário de pandemia e ódio a ciência, o que forneceu uma amostragem que nos permite realizar uma introdução ao debate. Dentre os 10 assistentes sociais que fizeram parte da pesquisa, 8 estão inseridos no serviço público de maneira temporário e 02 são estatutários.

Palavras-chave: Trabalho; projeto ético-político; serviço social;

Abstract: This article sought to introduce a debate between the realization of the ethical-political project in the face of the precariousness of the work formats of social workers. Our work was carried out by analyzing the main barriers and perspectives presented by professionals in the face of a scenario of precariousness of the service. It should be noted that the methodological process of the research encountered barriers in the face of the pandemic and hatred of science scenario, which provided a sample that allows us to introduce the debate. Among the 10 social workers who took part in the research, 8 are part of the public service on a temporary basis and 02 are statutory.

Keywords: Work; ethical-political Project; Social services.

1. INTRODUÇÃO

As modificações no mundo do trabalho conduzidas sobretudo nas pautas neoliberais com o enfrentamento da crise do Capital em 1970, representaram uma série de

¹ Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)



precarizações para a classe trabalhadora. Conduzida por um formato de flexibilização/terceirizações essa resposta atingirá sobretudo as políticas públicas e a dimensão do Estado. No Brasil, um país marcado por uma ditadura da autocracia burguesa, conforme Netto (1996), estava restaurando seu processo democrático com a abertura política. Contraditoriamente, a constituição cidadã entrará em um conflito entre os valores conquistados e as pautas neoliberais difundidas pelo mundo. Partindo de um conflito entre os ganhos constitucionais das lutas sociais x as modificações trazidas pelo capital internacional para o enfrentamento da crise cíclica.

Nesse processo, ao tempo que a Constituição Federal de 1988 garante a estabilidade no serviço público, em menos de uma década, o avanço neoliberal aprofunda seu eixo precarização/flexibilização através da reforma administrativa do Estado.²

É recente o processo de desenvolvimento do projeto ético-político no serviço social. Conforme Netto (2008) datando da segunda metade dos anos 90 no século XX o debate sobre o desenvolvimento do projeto ético-político na profissão. Porém, ainda na ditadura militar através do processo de renovação do serviço social e posterior ruptura, consolida-se as bases que proporcionará a construção do nosso projeto atual. O projeto ético-político posicionará em favor dos valores democráticos, contra qualquer forma de discriminação e preconceito, dentre outros aspectos progressistas.

O serviço social, conforme Iamamoto (2012) constitui-se de uma especialização do trabalho coletivo inserida na divisão social e técnica do trabalho, sendo parte de um processo de produção e reprodução das relações sociais. Nesse processo, o assistente social passa na atualidade a lidar como papel central na (re)produção social, inclusive como profissional assalariado dependente da sua força de trabalho. Por outro lado, na busca da consolidação do projeto ético político que tem como fundamento a recusa ao conservadorismo e a posição da intransigente dos direitos, posicionando-se sobretudo ao lado da classe trabalhadora. Enquanto profissional assalariado e inserido nesse processo de venda da sua mão-de-obra em troca de um salário muitos assistentes sociais entram no dilema entre a efetivação do projeto político x cenário de precarização trabalhistas que atinge diretamente a profissão. Esse dilema materializa-se em discursos fatalistas ou messiânicos, partindo de uma análise que deixa de lado a complexidade do processo social.

² Regime Especial de Direito Administrativo com contratos temporários e excepcionais de acordo interesse da administração pública, instituído pela Ministério de Administração e Reforma do Estado.



O desenvolvimento do presente artigo surge de uma inquietação desde o período da graduação para investigar o processo de trabalho dos profissionais não estatutários³ e sua relação com o projeto ético-político do serviço social, ressaltando as barreiras consideradas por esses profissionais e os mecanismos para o enfrentamento. Essa análise foi direcionada aos assistentes sociais do município de Aracaju/SE, especificamente, aos profissionais atuantes na secretaria de saúde deste município, possuindo um recorte de 20 profissionais da pasta partindo de uma entrevista semiestruturada.

O desenvolvimento da pesquisa visa aprofundarmos o debate sobre os diversos formatos de contratos existentes na profissão, e, seu diálogo com o projeto ético-político. Considerando o processo de precarização que atinge toda a classe trabalhadora, e, inevitavelmente, aprofunda o processo de precarização do campo de trabalho dos assistentes sociais com o seu eixo de privatização.

O presente artigo se desenvolve em: Introdução, desenvolvimento (projeto ético-político e serviço social; precarização dos formatos de contratos dos assistentes sociais; perspectivas e barreiras na efetivação do projeto ético-político.) e a conclusão.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Projeto ético-político e Serviço Social

O projeto ético-político dentro do Serviço Social se desenvolve sobretudo em um contexto marcado pelo processo da ditadura militar. As modificações estruturais introduzidas no Brasil exigiram um novo perfil da profissão. O que seria um movimento de reconceituação tornou-se um cenário revolucionário. Ora caindo na renovação do conservadorismo até atingir uma intenção de ruptura que caracterizou a busca por uma hegemonia ídeo-política na profissão. Embora na década de 60 a profissão passa a adquirir um reconhecimento social, o questionamento das perspectivas conservadoras já permeava o debate profissional. (SIMIONATO, 2011). A perspectiva modernizadora que emerge no encontro de Porto Alegre em 1965 introduzirá tentativas de modificações técnicas nas abordagens do Serviço Social.

³ Profissionais contratados sem a estabilidade prevista constitucionalmente, partindo de formatos de livre nomeação/exoneração ou Regime especial de direito administrativo por contratos periódicos determinados.



Entretanto, esse processo de modificação teórico-metológico conduziu a um processo de amadurecimento da profissão que culminou com a ruptura. Com a Constituição Federal de 1988, a abertura democrática do país e o avanço das políticas sociais exige modificações importantes para a profissão.

Aquele novo cenário afastou a profissão do seu caráter tradicional, e, forneceu subsídios para a construção de um projeto ético-político com caráter hegemônico. Esse novo projeto afastará seu caráter moralista e aproximará a profissão com a identificação de um formato democrático, condenando abordagens preconceituosas, aproximando-se da classe trabalhadora para a garantia de direitos (BRASIL, 1993). “Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.” (NETTO, 2008, p.155.)

Retira-se uma dupla dimensão analisando o projeto ético-político: as condições macrosociedades x as respostas sociais, históricas, ético-política e técnica da profissão (IAMAMOTO, 2014). Para a autora, essa dupla dimensão é factível na atuação profissional de forma que as condições macrosociedades demarcará o processo de efetivação das respostas dadas pela profissão partindo dessas condicionalidades citadas.

É justamente o desafio central da profissão posta no cotidiano: a efetivação do seu projeto ético-político em condições macrosociedades tão adversas. Vivemos a era nublada, demarcada pelo retorno do conservadorismo e do avanço dos valores neoliberais na (re) produção das relações sociais. Constitui desafio diário a profissão a busca da efetivação do seu projeto ético-político diante de um cenário tão desafiador.

“Não basta lutar cotidianamente em nossos espaços de trabalho para assegurar a prestação de serviços com qualidade aos usuários. Esse é o dever ético profissional fundamental, mas insuficiente, diante dos avassaladores efeitos da mundialização, da financeirização da economia mundial, e das persistentes formas de exploração do trabalho pelo capital.” (BOSCHETTI, 2009, p. 49). Conforme ressaltado pela autora, o nosso contexto macrosociedade tem posto desafio que somente partindo da



organização da categoria será capaz o enfrentamento, conforme destaca Netto (1996), com um corpo profissional organizado alinhando-se a um projeto ético-político coeso é o que fornecerá subsídios de enfrentamento a realidade posta.

É nesse cenário que propomos o desenvolvimento de análise de um recorte profissional no Serviço Social tão ventilado no senso comum. Quem nunca escutou aquele velho jargão: “Ela é concursada”. Como se o profissional não estatutário fosse barrado ou podado da efetivação de um compromisso com o projeto ético-político da categoria profissional.

2.2 Precarização dos formatos de contratos dos assistentes sociais.

O foco atual do presente artigo buscou enquanto elemento central profissionais que não estatutários. Cabe ressaltar que esses profissionais estatutários também sofrem com as diversas formas de precarização conduzidas pelo grande capital e os impactos e reflexos na sua atuação profissional. Entretanto, enquanto resposta a um argumento ventilado constantemente dentro do Serviço Social quanto a estabilidade como forma principal para a efetivação do projeto ético-político, fez com que buscássemos aprofundar a análise dos servidores não estatutários para a análise das perspectivas e principais barreiras na efetivação do projeto profissional.

A crise de produção vivenciada em 1970 partindo do binômio fordismo/taylorismo e as necessidades de respostas do grande Capital trouxeram modificações no mundo do trabalho. Com a mundialização da economia, o capital na sua forma especulativa e sua perspectiva neoliberal traz modificações substanciais, com novos formatos de gestão e organização do trabalho o papel do Estado passa por uma transição importante, permitindo um novo regime de acumulação. Esse novo formato conduzido no binômio flexibilização/privatização frente a precarização do trabalho vai direcionar a lógica do mundo do trabalho até a atualidade com seus rearranjos de acumulação. (DRUCK *ET AL*, 2018)

Essas modificações não passaram alheias ao Estado que reconfigura seu formato de contratação, sobretudo o seu modelo gerencial. Essas modificações representam o enxugamento da figura do Estado e privatização de empresas públicas, redução das políticas públicas e uma ideologia do Estado como inimigo da sociedade clama-se



por um Estado mínimo e exige no Serviço Público uma formatação de um modelo gerencial típico da iniciativa privada.

Um dilema central nesse processo: com o advento da Carta Magna o ingresso no Estado se realiza principalmente mediante concurso público de provas e títulos. Divide-se em servidores Estatutários, para funções típicas do Estado, garantindo-se a esses profissionais maiores garantias jurídicas na estabilidade dos seus empregos ou funções. As empresas públicas, fundações públicas e autarquias embora garantido o ingresso mediante provas e títulos, tem seu regime de trabalho formatado mediante a CLT, não possuindo prerrogativas jurídicas de estabilidade como os estatutários, porém, garante direitos constitucionais previstos aos trabalhadores na modalidade celetistas. Nesse bojo de contratações, uma modalidade é muito comum no serviço público municipal que é a livre nomeação/exoneração. Nesse formato de contratação mediante prestação de serviço é permeado por precariedades desde a liberdade de exoneração sem nenhuma garantia trabalhista (Seguro desemprego, INSS opcional do desconto em folha ou pagamento avulso, dentre outros). Existem as empresas privadas que prestam serviços terceirizados à administração pública. Nos Governos Estaduais têm uma crescente de contratações dos Assistentes Sociais nesse formato de contratação para a prestação de serviços principalmente na área de saúde.

A reforma administrativa do Estado, ganha foco os modelos REDAs. O Regime especial do Direito Administrativo permite a contratação por tempo estipulado. Geralmente com contrato variando de 1 a 2 anos sendo prorrogável por igual período de acordo com o interesse da administração pública. A rotatividade é um dos elementos mais visíveis desse processo de contratação.

Embora o surgimento da CF 88 trouxesse avanços constitucionais no ingresso ao Serviço Público mediante concursos públicos e quebra do modelo patrimonialista como se encarava o serviço público, em 1995, uma série de reformas administrativas foi lançada como resposta à reestruturação mundial. Através da reforma da máquina estatal e seu plano diretor uma reforma substancial do Estado, essa reforma estabeleceu três áreas de atuação: i) as atividades exclusivas do Estado, constituídas pelo núcleo estratégico; ii) os serviços não exclusivos do Estado (escolas, universidades, centros de pesquisa científica e tecnológica, creches, ambulatórios, hospitais, entidades de assistência aos carentes, museus, orquestras sinfônicas, entre outras), que deveriam ser publicizadas; e iii) a produção de bens e serviços para o mercado (retirada do Estado por meio dos programas de privatização



e desestatização). Fora das atividades principais, estão as “atividades ou serviços auxiliares” (limpeza, vigilância, transporte, serviços técnicos de informática e processamento de dados, entre outras), que deveriam ser terceirizadas, submetidas à licitação pública (DRUCK,2018). Essas modificações estruturais foram fundamentais na redução de cargos públicos e introdução de novas perspectivas ao modelo gerencial.

Com o Governo Lula, houve uma tentativa de reposição desses profissionais e um acréscimo de contratações efetivas por parte do Estado. Nessa seara, há uma crescente no campo de trabalho dos assistentes sociais. Com a operacionalização da NOB-SUAS dentro da Política Nacional de Assistência Social (2004), a ampliação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família na Saúde, dentre outras políticas que conduziram a um aumento da necessidade estatal dessa categoria. Porém, no governo Dilma - Temer, já se observa um avanço das condições de subcontratação e terceirização da mão de obra. Principalmente, os municípios e os Estado que são principais executores dessas políticas focam as suas contratações, na sua grande maioria, na mão de obra temporária ou por contratação de prestação de serviços, o ápice da precarização dos direitos trabalhistas.

Com o projeto do avanço neoliberal que ganha força no Brasil, a lei 13.429 sancionada pelo Presidente Michel Temer que liberou irrestritamente a terceirização. Antes proibida no Brasil, a terceirização agora possui aval ilimitado. Paralelo, a PEC 32/2020⁴, enviada pelo atual Presidente da República Jair Bolsonaro, na figura do seu Ministro da Economia Paulo Guedes, denominada reforma administrativa, prevê uma série de precarização aos servidores públicos (Fim da estabilidade, ampliação da exploração da força de trabalho, retirada de diversos direitos trabalhistas). A proposta até a elaboração deste artigo encontrasse na casa legislativa para apreciação do plenário. É justamente nesse cenário que os avanços de subcontratação e terceirização do Serviço Social estarão inseridos.

No Brasil desde 1995 há uma ampliação significativa das fundações e prestações de serviço das iniciativas privadas sobre a gestão dos hospitais públicos. Por outro lado, há uma crescente nos municípios de pequeno porte (Geralmente nos interiores dos Estados) de assistentes sociais contratados mediante a livre nomeação/exoneração. Essa intensificação de precarização no formato de contrato traduz diversas vezes

⁴ Fundamental a análise do Manifesto CFESS ressaltando os prejuízo dessa reforma administrativa e os impactos na categoria profissional.



pelos novas formatações de enxugamento do Estado e precarização do campo profissional do assistente social.

O Serviço Social que possui o Estado como principal contratante estará no centro desse processo de precarização e subcontratação. De fato, os rebatimentos desse avanço neoliberal recaíam sobre a profissão que vende a sua força de trabalho para garantir a sua remuneração. Todo esse processo de precarização avança sobre os assistentes sociais que são profissionais que vivem da força de trabalho. O nossos entrevistados mesclam entre profissionais prestadores de serviço de livre nomeação e exoneração e parte funcionários contratados mediante regime temporal com validade de dois anos.

2.3 Perspectivas e barreiras na efetivação do projeto ético-político

O binômio flexibilização/terceirização atinge os assistentes sociais nos diferentes espaços institucionais. A contemporaneidade do Serviço Social vivencia o desafio na consolidação de um projeto ético-político comprometido com a classe trabalhadora e por uma realidade mercadológica que atinge de maneira significativa os assistentes sociais. O trabalho do assistente social, enquanto trabalho concreto com suas qualidades e formações que atendem uma necessidade socialmente constituída inserem-se nesse mercado de trabalho e passa a ser permeado pela compra e venda da sua força de trabalho. Contando o seu aspecto de venda da força de trabalho em troca de um salário. A atuação profissional é forjada em um espaço contraditório entre a busca incessante de rompimento ao conservadorismo e as constantes manobras do capital sobre a profissão.

Ressaltada as dificuldades no mundo de trabalho, os assistentes sociais enfrentam barreiras operacionais dentro da instituição. A autonomia relativa destacada por lamamoto (2014) vai abrir um diálogo com a categoria sobre as possibilidades existentes mesmo diante de um cenário de barreiras e dificuldades. A constante qualificação teórico-metodológica e a posição ético-político são elementos que contribuem para a superação das barreiras e dificuldades postas aos assistentes sociais na sua relação de cotidianidade.

Constituindo os assistentes social enquanto profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho, e, o papel assumido pelos assistentes social com as



transformações político e ideológica da categoria, instituí um dilema profissional entre o horizonte no qual se busca chegar x as condições factíveis para a profissão. Nesse contexto, a atuação profissional necessita de um arcabouço teórico-metodológico e estratégias diante das dificuldades operacionais. Entretanto, cabe destacar, conforme lamamoto (2012), é preciso fugir das armadilhas de um messianismo atribuído a profissão, por outro lado, é necessário cuidado com a visão fatalista que limita e reduz a profissão a um engessamento. Essas duas visões são muito comuns na profissão e estará presente na análise das falas dos/das entrevistados/entrevistadas.

É importante lembrar, ao estudar esse objeto de estudo, a relação tensa trazida por lamamoto, no livro *Capital Feitice* (2014), entre o estatuto assalariado e o projeto ético-político, além dos elementos de particularidade que perpassam essa relação. Possuindo o assistente social um mercado de trabalho - Estado ou a iniciativa privada - e, em meio a um contexto de precarização, quais as estratégias estariam sendo lançadas na efetivação do seu projeto Ético- Político. A tensão constante entre as condições que são desenvolvidas a atividade profissional, na organização coletiva do trabalho e suas implicações no trabalho abstrato e concreto, conforme traz ainda autora na mesma obra. Contudo, não podemos superdimensionar essa problemática de modo a cair num fatalismo pessimista.

Desvendar a relação do Projeto Ético-Político profissional diante da ofensiva neoliberal de reestruturação produtiva e precarização do trabalho é fundamental no enfrentamento das principais barreiras postas na cotidianidade. É importante ressaltar o caráter contraditório que reside no próprio Serviço Social na mediação entre a defesa dos direitos da classe trabalhadora e, por outro lado, possuindo o Capital e suas esferas de poder enquanto contratante. Vai ser justamente esse caráter contraditório do Serviço Social que vai fornecer subsídios para o enfrentamento, como disse lamamoto (2014) reconhecer a dimensão contraditória do Serviço Social não desconsidera a margem de autonomia destes profissionais.

Na contemporaneidade, conforme Raichellis (2011), há uma ausência de análise do assistente social enquanto trabalhador adoecido pelas condições atuais postas ao mercado de trabalho do profissional. Nesse caminho de contemporaneidade, cabe ao assistente social uma elaboração de agendas conectadas as lutas gerais dos trabalhadores, a partir da organização sindical e profissional, envolvendo as relações trabalhistas nas quais o próprio profissional estará inserido. Uma organização política e de ideologia que consiga aproximar com as lutas da classe trabalhadora.



Cabe destacar neste artigo o processo de dificuldade na realização da pesquisa. Infelizmente, em um contexto de ódio a ciência e, principalmente, preconceito com a área de humanidades, houve uma grande dificuldade de retorno da pesquisa e aceitação por parte da categoria profissional. Mesmo possuindo o Serviço Social um perfil ético-político bem definido, existe um cenário de acirramento das relações sociais e um ódio compartilhado a ciência.

Mesmo que de forma precária, o que nos fornece dados que precisam ser aprofundados, a construção deste artigo vai no sentido de abrir o debate na relação de precarização das condições do trabalho e as consequências para o projeto ético-político. Em meio a uma amostragem de 8 assistentes sociais que responderam a uma entrevista semiestruturada, todos/todas com relações de temporalidade nos seus formatos de contrato, era unanimidade que a relação de formatação de contratação prejudicaria a efetivação do projeto ético-político.

Por outro lado, ao questionar as principais barreiras enfrentadas pelos profissionais no seu mercado de trabalho, alguns aspectos se apresentavam comum aos dois profissionais que mantinham uma relação de trabalho estatutário. O que faz destacar que muitas vezes as principais barreiras institucionais apresentadas pelos profissionais vão estabelecer uma relação muito comum as barreiras postas a profissão independente da relação de trabalho.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Destarte, o processo de investigação, mesmo que de maneira precária fornece subsídios iniciais para o aprofundamento do debate sobre as formas de contratação no serviço público e a efetivação do projeto ético-político. Diante das respostas assinaladas, os assistentes sociais demonstram de maneira inicial que as barreiras enfrentadas tem um diálogo muito comum entre os formatos de contratação. Há dificuldades específicas de profissionais que mantêm uma relação de contrato precário nos processos de trabalho, entretanto, é preciso cuidado para não cair no superdimensionamento desse aspecto, criando um fatalismo exacerbado.

Barreiras e dificuldades operacionais estão postas a profissão em geral, independente da sua base de contratação. Há especificidades nas relações



trabalhistas precarizadas, o que requer uma maior estratégia político metodológica desses profissionais. Contudo, de uma forma geral, as principais barreiras operacionais postas a profissão é de relação comum entre os estatutários e os profissionais temporários.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete. **Trabalho, direitos e Projeto Ético-Político profissional**. In: Inscrita. Brasília: DF: CFESS. Ano VIII, n. XI, p. 37-44, 2009.

BRASIL. **LEI Nº. 8.662, DE 7 E JUNHO**. Dispões sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.1993.

DRUCK, G. *et al.* **A terceirização no serviço público: particularidades e implicações**. In: CAMPOS, A. G. (Org.). *Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*. Brasília: Ipea, 2018.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica – 36ª ed.** – São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês Souza; UCHÔA, Roberta (Org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influencia no Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

